

Sonhei o sonho certo

(*) Inaldo da Paixão Santos Araújo

“Não quero ser herói de nada, somente a companhia de outros braços”.

(Clodô e Zeca Bahia)

No princípio era o verbo e assim [...].

Não, não se preocupem meus amigos e amigas. É evidente que não vou aqui reproduzir a gênese da maior de todas as histórias, mas convenhamos que é uma bela introdução para qualquer relato. Isso, sem dúvida, é. Não é mesmo?

Olhar para o meu passado, minha origem, meus caminhos percorridos é uma vã tentativa de entender o meu presente, mas representa, também, uma árdua tarefa. Contudo, revelar quem se foi é o primeiro passo para demonstrar quem se é e quem será.

Pouco me lembro das agruras pelas quais passei. É provável que anos de terapia pudessem fazer com que eu resgatasse essas recordações que, talvez, fizessem-me chorar.

Sei que tive uma infância humilde, mas acho que nos meus devaneios de criança fui feliz. Confesso que quando era menino, bem mais menino do que sou hoje, sonhava, como todo menino, ao admirar a infinidade das estrelas no “céu de outubro”, em ser astronauta. **Era tempo de sonhar.**

Com o tempo a passar nas ruas da Liberdade, mas “não nas liberdades das

ruas”, como me ensinou o Cons. França Teixeira, e nos becos e nas escadarias do conjunto residencial Machado Fortes, pensei que deveria ser “um dito cidadão respeitado”. Acreditei no ouro de tolo de Raul. Acordei. Senti, em vez primeira, que seria necessário estudar e trabalhar. Trabalhar muito e com afinco. Mas não deixei de sonhar. **Era tempo de lutar.**

E, com luta, não por sonho, mas por questões exclusivamente econômicas, financeiras e pela oportunidade de poder conciliar trabalho com os estudos, segui o caminho das contas. Não do Tribunal, ainda, mas da Contabilidade, ou melhor, das Ciências Contábeis, até mesmo porque, à época, como muitos dos seres comuns desse país, nem sabia que existia um órgão de controle externo dos recursos públicos e tampouco para que servia.

Assim, mais uma vez confesso, não por sonho e sim por necessidade, tornei-me contador.

Durante minha vida universitária, ao desejar um emprego, sonhei muito. Meu Deus, quanto sonhei. Quanto batalhei, quantos “não” tomei. Faltava sempre a imprescindível experiência. Mas como tê-la sem começar, sem experimentar [...] muitas vezes a vida nos impõe esses paradoxos.

Vestia quase sempre uma camisa da “Solidariedade”. Chapa que participava no Diretório Acadêmico, que representava os estudantes do curso de Contabilidade da Universidade Católica do Salvador.

Era uma camisa preta com uma estampa na cor branca com o desenho da parte traseira de um ônibus da antiga Viação Beira-mar (a Vibemsa) com quatro

garotos dependurados e de mãos dadas com o seguinte slogan: “Não quero ser herói de nada, somente a companhia de outros braços”. Trecho da música Ave Coração cantada por Fágner, nos bons tempos dele, que, somente tempos depois, saberia que era de Clodô e Zeca Bahia. **Era tempo de se preparar.**

Guardo essa camisa até hoje. Gosto dela. Sei o quanto para mim ela representou e o quanto representa.

Meus ídolos de então, cujos pôsteres ficavam fixados ao lado do meu beliche, eram Marx, Che, Lenon e Chaplin, esse último pela célebre frase, que muito me instigava e instiga: “Não sois máquinas! Homens é que sois!”, proferida no Último Discurso no filme “O Grande Ditador”.

E por querer “ser homem”, acabei trabalhando feito máquina. Dizem que o “trabalho dignifica e liberta”, mas cansa.

Às vezes penso que deveria ter sido mais irresponsável. Deveria ter vivido mais, creio, mas aí pode parecer um epitáfio ou um poema de Borges que, segundo dizem, ele nunca escreveu. **Era tempo de começar.**

Aos 22 anos, por concurso público, tornei-me servidor do Estado da Bahia, graças a um adiamento de prova que possibilitou a minha participação na segunda fase do exame, a uma calculadora que tinha me custado o salário de um mês, aos livros que sempre comprei e ao fato de ter acreditado.

De início, confesso, não fiquei muito feliz. Não queria ser servidor público. Tinha, como a maioria dos cidadãos, preconceitos em relação a esse setor e às pessoas que nele trabalham.

Se não fosse por uma broncopneumonia contraída nas chuvas de Belém, não teria voltado a Salvador, não teria tomado posse, chorando mesmo, no Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Não seria auditor público.

Se não fosse por uma promessa não cumprida, teria, depois de um mês, voltado a ser auditor de uma empresa multinacional de auditoria. E aí os caminhos teriam sido outros. Se melhores ou piores não sei, afinal, quem sabe?

Depois que tudo passa, somente resta a certeza de que existe apenas um caminho: o percorrido.

Assim, se aquele era o meu destino, resignei-me e acreditei, então, que, em sendo auditor público, poderia com esforço, responsabilidade, muito trabalho sério, zelo, dedicação, compromisso, estudo e paixão fazer uma boa carreira e contribuir para uma sociedade melhor, mais justa, mais igual. Em outras palavras, fazer a minha parte. **Era tempo de plantar.**

Quando comecei a compreender as idiosincrasias desta Casa de Controle, percebi que teria que trabalhar muito mesmo para tentar contribuir para a transformação da sua dura realidade de antanho. **Era tempo de esperar.**

Naqueles tempos, como eu desejava que este Tribunal de Contas, que prefiro chamar de Casa de Auditoria, fosse diferente e que inovasse.

E perdido nas minhas angústias e revoltas neófitas, escutava meu amigo Lins Freire, auditor aposentado deste Órgão, que me dizia: “O Tribunal está mudando, tenha calma. Talvez, não na

velocidade que você deseja, mas está mudando”.

Normalmente, quando alguém é novel em determinado meio organizacional quase sempre é forçado a sobrevalorizar as imperfeições que, por vezes, nem sempre existem. O ambiente corporativo no setor público, por seu turno, tende a rejeitar o novo, principalmente se as práticas atuais estão dando certo, ou, pelo menos, se pensa que está.

Como nada é absoluto, e tudo muda, resta ao novo ter paciência e, sem jamais perder o ideal, lutar pacificamente, sem arrogância, com humildade, para convencer pela força do argumento. Urge, assim, ao novo, saber que **“Para tudo há um tempo, para cada coisa há um momento debaixo dos céus”** (Eclesiastes, 3:1).

De igual modo, compete àqueles responsáveis pela formação da cultura organizacional na administração pública abrir os seus respectivos campos de visão e encarar e, se for o caso, aceitar o novo como uma realidade factível, sem se prender ao passado, pois, por mais que ele nos apaixone, como na canção “Como nossos pais”, de Belchior, o novo sempre vem.

Hoje, mais amadurecido, entendo o significado daquelas palavras do meu amigo Lins e posso afirmar que é preciso acreditar no novo, mas não se pode simplesmente renegar o passado, esquecer a história.

A verdadeira mudança se materializa, de fato, quando se conhece o que se foi, tem-se a compreensão do que se é e se trava o bom combate para construir o que se quer ser.

Assim, nesse um quarto de século que me dedico a este Tribunal, pude testemunhar o quanto esta Casa de Auditoria se transformou e mudou a sua história. Em síntese, evoluindo de um processo auditorial assistemático e formal para a realização de trabalhos em estreita observância a padrões internacionais de controle.

Além disso, pude modestamente contribuir em diversas iniciativas desta Casa de Controle que se transformaram em referência para outras instituições congêneres: i) auditorias em projetos cofinanciados por organismos multilaterais; ii) tradução e disseminação de normas internacionais de auditoria; iii) auditorias operacionais; iv) desenvolvimento de sistemas de tecnologia de informação para auditoria; v) multiplicação de experiências e vi) capacitação profissional.

Confesso que muitas vezes me senti cansado e, por vezes, cheguei a pensar que o combate seria inglório. Foi difícil, mas desistir, apesar de ser sempre o mais fácil caminho, nunca é o melhor a ser trilhado.

Não poderia esquecer e não me esqueci da Canção do Tamoio, de Gonçalves Dias:

Não chores, meu filho
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar.

Hoje, quando vejo o Tribunal de Contas baiano ser considerado modelo de excelência, servir de parâmetro para outras instituições em matéria de auditoria de regularidade e operacional,

participar ativamente no processo de implantação das normas governamentais de contabilidade e de auditoria, entre outras ações, sinto, reconfortado, que o esforço valeu a pena. Não me arrependo de ter acreditado. **É tempo de reconhecer.**

Percebo, entretanto, que é preciso fazer muito mais, pois a cada novo “malfeito” divulgado pela mídia, inquietantes perguntas vêm a lume: onde estão os auditores? Por que os Tribunais de Contas não reagem e assumem o papel de ator principal no combate à corrupção? Por que eles não fazem valer a sua importância no difícil jogo democrático? Por que esses Tribunais não se tornam cada vez mais independentes?

É por demais consabido que, se não há a compreensão da realidade na qual se vive, também não existe a conscientização freiriana para criticá-la e exigir mudanças. **É tempo de se mostrar.**

Nesse diapasão, e por ser também uma questão mundial, rememoro o pensar de Terence Nombembe, Presidente do Conselho Diretivo da INTOSAI e Auditor Geral da África do Sul, segundo o qual, o mundo anseia “desesperadamente por uma voz independente de razão”.

Em sua análise, Nombembe, ao enfatizar que o combate à pobreza e a redução das desigualdades sociais no mundo, que atingiu a marca de 7 bilhões de habitantes, é um dos objetivos do milênio das Nações Unidas, sinaliza que os órgãos de controle governamental (Tribunais de Contas no Brasil) possuem uma “oportunidade única para diagnosticar as causas da pobreza e fornecer informações independentes

sobre soluções sustentáveis” para essas mazelas sociais.

Também não se pode esquecer de que o artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, estabelece que “a sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração”. Esse princípio representa, em essência, o que hoje se rotula de *accountability*.

Como essa palavra não possui tradução literal para o português, tem sido compreendida como “obrigação que têm as pessoas ou entidades, as quais foram confiados recursos públicos, de prestar contas, responder por uma responsabilidade assumida e informar a quem lhes delegou essa responsabilidade”.

Mas entre essa relação de quem confia (sociedade) e de quem presta contas (administrador público) torna-se necessária a presença de um delegado autônomo que diga se essas contas foram adequadamente prestadas. E isso é fundamental.

Essa necessidade remete a Aristóteles, que três séculos antes de Cristo, em “A Política”, já enfatizava: “Mas como certas magistraturas, para não dizer todas, têm o manejo dos dinheiros públicos, é forçoso que haja uma outra autoridade para verificar as contas sem que ela própria seja encarregada de qualquer mister”. No Brasil de hoje, esse papel constitucionalmente cabe aos Tribunais de Contas.

Criado em 1890, por iniciativa do baiano Rui Barbosa, os Tribunais de Contas são umas das poucas instituições brasileiras que tiveram guarida em todas as constituições republicanas.

Embora seja instituição mais do que secular no Brasil, o Tribunal de Contas continua desconhecido da população, como disse, apesar da sua importância para o controle dos recursos públicos e para a avaliação dos resultados das políticas governamentais.

Além disso, por vezes, os trabalhos desses Tribunais não são utilizados adequadamente pelo Parlamento, a quem compete constitucionalmente a função do controle externo. Essa prática vai de encontro àquelas adotadas por democracias mais avançadas, nas quais, a apresentação anual dos relatórios dos órgãos de controle é um dos momentos mais esperados pela sociedade.

Alguém aqui já leu o último relatório do Tribunal de Contas da União sobre as contas governamentais? **É tempo de refletir.**

Muito tenho escrito sobre a necessidade de aprimoramento do sistema de controle neste País, mas cada vez mais me convenço que é chegada a hora de agir com a “indignação pacífica” de Stéphane Hessel, sem temer os desafios que a vida apresenta, pois pior do que a frustração de uma eventual derrota é o receio dos fracos em se expor e não combater por uma causa justa. **É tempo de questionar.**

Hoje, quando completo 25 anos de trabalho no Tribunal de Contas, reflito o que fiz, o que deixei de fazer e o quanto ainda precisamos melhorar e fazer para construirmos uma instituição de controle mais efetiva, transparente e reconhecida pela sociedade.

E quando afirmo ser reconhecido, quero dizer mostrar-se efetivamente como o

fiscal do dinheiro do povo. Não que o auditor – os Tribunais de Contas são casas de auditores – precise de holofotes.

Não é essa a questão, mas muitas das ações divulgadas pela mídia como decorrentes de trabalhos da Polícia Federal e do Ministério Público tiveram suas gêneses em esforços auditoriais desenvolvidos por esses Tribunais. Isso é fato. Mas o seu principal desafio, além de melhorar os mecanismos de comunicação e de transparência, é cada vez mais realizar o controle de resultados e não perder tempo e recursos apenas com aspectos formais.

Contudo, não posso esquecer que o controle público brasileiro passa por um período de transformação. A Contabilidade Pública, em face de uma parceria inaudita entre o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a partir de 2013, deverá seguir novas regras em estreita observância a padrões internacionais, que muito contribuirão para a instrumentalização do controle social, a *accountability* (obrigação de prestar contas com transparência) e a efetividade do setor público.

Paralelamente a isso, no final do ano passado, o Instituto Rui Barbosa (IRB), entidade que congrega os Tribunais de Contas, recomendou a adoção das Normas Brasileiras de Auditoria Governamental, que observam avançados padrões, e que aprimoram as práticas auditoriais dessas Casas de Controle, ao estabelecer regras claras sobre independência, capacitação profissional, sigilo, planejamento e documentação dos trabalhos, além de regras para elaboração e divulgação dos

relatórios de auditoria. **É tempo de se rever práticas e procedimentos.**

Contudo, para que os Órgãos de Controle possam emitir a verdadeira “voz independente”, urge cada vez mais pôr em prática os preceitos estabelecidos pelas Declarações de Lima e do México emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

Esses princípios básicos da auditoria governamental, em síntese, estabelecem a independência como requisito essencial ao pleno exercício democrático das atribuições desses Órgãos. Para isso, eles precisam, cada vez mais, ser autônomos e estar bem capacitados tecnicamente, contando no seu quadro com profissionais qualificados e com experiência e que exerçam suas atividades, assim entendendo, baseados em normas de auditoria governamental internacionalmente reconhecidas.

Nesse sentido, os Tribunais de Contas precisam também de aprimoramentos na sua forma de composição, com ênfase no aspecto técnico e nas suas competências, assim como da aprovação da sua lei orgânica nacional, da adoção efetiva das normas brasileiras de auditoria governamental, da instituição da carreira de estado para seus servidores, dentre outras mudanças. Tais ações ensejariam uma atuação mais transparente e independente, tornando esses Tribunais cada vez mais um dos pilares da democracia.

O Tribunal de hoje, indubitavelmente, não é mais como aquele de antanho, quando aqui cheguei, menino, há exato um quarto de século. Lembro-me de que, naqueles tempos, os conselheiros, com raras exceções, se não eram tratados

como deuses, agiam como se estivessem no Olimpo. Hoje, felizmente, não mais.

Quando aqui decidi ficar, não por falta de opção, também estabeleci as minhas metas de trabalhar, aprender, ensinar, ocupar o meu espaço e fazer dessa Casa de Controle um órgão melhor para a sociedade.

Se consegui ainda não sei, mas espero que o Senhor me dê forças para que eu possa continuar lutando e, mais ainda, para que eu não perca a capacidade, mesmo com todas as dificuldades, de prosseguir contando a minha história nessa instituição que tanto prezo, até mesmo porque não tenho outra para contar.

Em sendo assim, basta ler Viktor Frankl para que eu encontre inspiração e ganhe mais força e coragem para a messe, uma vez que os nossos empecilhos diários em nada se comparam com os desafios daqueles que realmente foram grandes, pois como disse o escritor e fundador da escola da Logoterapia: “Quem tem um 'porquê' enfrenta qualquer 'como'”.

Devo também confessar, que, aos 25 anos de idade, sonhei que poderia ser professor universitário. E ao ser tudo o que um professor deve ser, procurei nesses mais de 22 anos de magistério, mostrar aos meus alunos companheiros qual seria o bom caminho, qual a forma de se fazer uma boa auditoria, mas reconhecendo que a escolha sempre será deles.

Ao fazer o balanço de ganhos e perdas da minha vida, vejo que o resultado é superavitário. Sou um dito cidadão respeitado, passei em vários concursos, escrevi livros, casei com a mulher da minha vida, a quem amo, respeito, confio

e é minha Vida. Como frutos das nossas vidas, nasceram Victor e Igor. Sim, tive filhos maravilhosos e saudáveis. Nunca vi “pé de abacaxi dar morango”, mas meus filhos são lindos. O que procuro deixar para eles? Educação. O resto, eles lutam por si. Sim, plantei árvores. Fiz o que pude. Tentei ser feliz. **É tempo de reconhecer as bênçãos.**

Somente para não esquecer, continuo torcendo pelo Bahia. Afinal, ninguém é “perfeito”, não é mesmo?

De tudo que vi, vivi e aprendi, a certeza a qual cheguei é que a vida é uma consequência de momentos e de decisões. Vivamos, pois, nossos momentos. Cuidado, pois, com nossas decisões.

Entre tantos encontros e desencontros vividos, encantos e desencantos, conquistas e derrotas, tentei, contudo, combater o meu bom combate. **É tempo de lutar e viver.**

Ao quase chegar ao **tempo de concluir**, rememoro que o ano de 2012 para mim será sempre especial. Como revelei, há exatos 25 anos eu ingressei nesta Casa de Auditoria. Há, também, exatos 25 anos um auditor, com 25 anos de serviços prestados ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, em vez primeira, era nomeado Conselheiro.

Indicado pelo estadista e símbolo vivo da democracia no Brasil, Waldir Pires, José Borba Pedreira Lapa, servidor dessa Corte de Contas, era personagem central de um marco na história do controle externo brasileiro, pois prevaleceu, na sua escolha, o critério técnico.

Por ocasião da sua posse, em 26/05/1987, o Conselheiro Pedreira Lapa

pronunciou o seu “credo aos Tribunais de Contas”. Nesse discurso, o conselheiro-auditor ou o auditor-conselheiro apresentou sua crença em relação a um Tribunal de Contas relevante e indispensável à gestão pública, autônomo e independente, vigia dos guardiães da coisa pública, salvo de pressões de autoridades constitucionalmente jurisdicionadas, que adote controles diversificados, ágil e eficaz, que não estoure a lotação dos seus quadros e que não sacrifique a qualidade pela quantidade.

Em resumo, defendeu o empossado Tribunais de Contas mais “transparentes, menos exotéricos, menos burocráticos e menos líricos; mais abrangentes e não compassivos nas inspeções; despidos de contaminação política no julgamento das contas”.

Em seu credo, o Conselheiro Lapa agradeceu a indicação do governador Waldir Pires e enalteceu que ela não deveu-se aos “laços do coleguismo e da amizade”, porém aos “compromissos [...] de homenagear a justiça e o merecimento atestados no passado limpo e transparente dos escolhidos; na comprovação do conhecimento do ofício; da coerência afirmativa nas posições assumidas; e na intransigência irreprimível do cumprimento do dever [...]”.

Ao rememorar esse momento histórico e esse credo tão significante e cheio de significados para qualquer auditor público, torna-se oportuno registrar que o Poder Legislativo baiano, em especial por meio do seu Excelentíssimo Presidente Deputado Marcelo Nilo, e o Excelentíssimo Governador Jaques Wagner, que, como bem disse a Consa. Ridalva Figueiredo, “é um fidalgo no

trato pessoal”, mas também um “republicano por vocação” e homem de visão, ao resistirem às pressões político-partidárias, deixam, em 2012, marca indelével na história do Tribunal de Contas do Estado da Bahia e do controle externo brasileiro ao apoiar a indicação de um auditor de carreira, coincidentemente 25 anos depois da sábia decisão do Governador da esperança, Waldir Pires.

Em um país que insiste em manter sua estrutura patrimonialista, onde, por vezes, a versão supera os fatos e onde ainda permanece vivo o culto ao “coronelismo, enxada e voto”, na forma abordada por Victor Nunes Leal, em livro clássico nas ciências sociais, onde a educação não se torna prioridade, os indicadores sociais são pífios e a conscientização freiriana ainda é sonho distante, sabe-se que será difícil – mas não impossível – aplicar, como regra, a meritocracia no provimento de cargos públicos.

Medida como defendeu, aliás, o Desembargador do Estado do Rio de Janeiro Antonio Cesar Siqueira em artigo dado a público no A TARDE, coluna “Judiciárias”, em 02/04/2011, quando chegou a afirmar que “não há Democracia sem Meritocracia”.

Sempre defenderei a ordem constitucional vigente, mas também sempre lutarei pela priorização do critério técnico e meritocrático, favorecendo a ascensão de servidores de carreira dos Tribunais de Contas, com a devida capacitação e experiência profissional. E, assim, juntos, construiremos um Tribunal de Contas melhor. Um verdadeiro Tribunal de Contas “dos nossos ideais”.

Mas enquanto essa esperança não se torna realidade, resta torcer para que cada vez mais sejam indicados, para as vagas do corpo dirigente dos Tribunais de Contas, auditores – e auditor para mim é quem faz auditoria – de carreira e experientes dessas Instituições.

Assim sendo, obrigado Deus provedor e verdadeiro responsável, obrigado Governador Jaques Wagner, Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia Marcelo Nilo, Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Conselho Regional de Contabilidade (CRC), Instituto Rui Barbosa (IRB); Conselho Universitário (CONSU) da UNEB; Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); Faculdades de Ciências Contábeis e de Economia da Universidade Católica do Salvador (UCSal); meus queridos alunos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (FENASTC) e, por fim, mas não por último, obrigado Cons. Antonio Honorato.

E o que mais eu poderia dizer desse Conselheiro, com o qual muito tenho aprendido sobre o que é viver e que há muito já provou que Euclides da Cunha estava certo ao afirmar que “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Humilde, mas forte.

Isso posto, ao apresentar, brevemente, esta minha história de vida e de trabalho dedicado ao controle, que muito me orgulha, pois para quem nasceu em uma das primeiras invasões de Salvador, no bairro da Liberdade, estudou em escola pública, começou a labuta profissional aos 15 anos de idade, por concurso, como ascensorista do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), sabe o que é enfrentar as

severidades da vida, e, como o poeta, possui a plena convicção de que “quem quer passar além do Bojador, tem que passar além da dor”, ousei e ousei sonhar.

Apesar de nos meus devaneios de menino ter sonhado, como todo menino, em ser astronauta, como disse, nunca imaginei que chegaria tão longe. Obrigado de coração seu Paixão, meu pai, torcedor do Bahia, e D. Conceição, minha mãe, por tudo. Serei eternamente grato.

Nas minhas quimeras tentei de forma quixotesca transformar a ficção em vida, ir de encontro ao sistema. Hoje, depois de tudo e por tudo, a única conclusão a que posso chegar é que eu sonhei um sonho certo.

Ao reler essas mal traçadas linhas que escrevi, percebi que abri uma parte de mim, desnudei-me. Mostrei meu mundo defeso. Conte uma parte da minha história. Porém, como se sabe, qual melhor história a gente mesmo pode contar, se não for a nossa própria história?

Histórias de alegrias, histórias de tristeza. Histórias vividas, histórias sonhadas. Histórias que, em verdade, não formam uma grande história (ainda acho que deveriam ser estórias), mas são minhas e nesse meu processo de catarse aristotélico dei, hoje, a público.

Ensina-nos o Livro dos livros que aqui – e sempre – muito me inspirou “**Há tempo de nascer, e tempo de morrer; tempo de plantar, e tempo de arrancar o que se plantou**”. E, ao crer na Palavra, posso afirmar que hoje, para mim, é chegado o **tempo de colher**.

E colho os bons frutos não me esquecendo de uma frase, da qual não sei a autoria, e que recentemente vi escrita no fundo de uma “van” de transporte escolar que insistia em ficar parada na minha frente: “A vontade de DEUS nunca irá levá-lo onde a graça de DEUS não possa protegê-lo”.

Mas para colher o que se plantou, é preciso concluir.

E ao fazê-lo, declaro que sei que toda grande realização quase sempre requer grande luta e essa sempre requer muita perspicácia, persistência, humildade, sinceridade, honestidade e enorme dedicação.

Além disso, é preciso sempre, assim como ensina Mateus, 10:16, ser “prudentes como as serpentes, mas simples como as pombas”, jamais ferozes como os tigres.

Devo confessar, enfim, que nesses últimos dias, pude compreender melhor e realizar o que ouvi um dia de um padre, também terapeuta, que nós, frágeis seres humanos, só crescemos através do sofrimento, que outro caminho não há. Sofri muito, nossa como sofri.

Mas, após vencidas as resistências previstas e as muitas imprevistas, as cizânias e as homéricas aleivosias plantadas por almas timoratas, sem qualquer fundamento lógico, racional e legal, que se utilizam de titeres da forma mais repugnante possível para com “denúncias invejosas e sem provas” saciarem seus desejos mórbidos de vendeta, consegui chegar ao final de uma etapa. Sempre **é tempo de perdoar. É tempo de esquecer**.

A grande batalha, todavia, está por vir. Espero e respeito a justiça dos homens. Acredito na justiça Divina.

Quando o tempo passa, surge **o tempo de a todos agradecer**. E tal qual como disse Chico Xavier “agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar”.

Mas no caminho percorrido não existiram somente pedras, e nesse trilhar pude contar com o inestimável apoio de tantos amigos sinceros, que nos ajudam a nos manter firme nos nossos propósitos. Gostaria que soubessem que isso foi fundamental para que eu permanecesse firme no caminho e conquistasse o meu objetivo.

Amigos que estão sempre a nos lembrar que o “desistir é sempre o caminho mais fácil”. Amigos como Cons. Antônio Honorato, meu amigo; Cons. Filemon Matos, meu verdadeiro conselheiro; Consa. Ridalva Figueiredo, minha professora; Cons. França Teixeira, o dono da oratória, Paulo Domingues, Rita Mura, Daniel Arruda, Paulo Feijó, Luiz Genéδιο, Jorge Costa, Cristiano Rodrigues e tantos outros.

Tudo isso posto, afirmo e reafirmo que felizes os que sonham, felizes os que lutam por seus sonhos, felizes o que nessa luta encontram amigos sinceros que acreditam e ajudam.

Agora, ao concluir mesmo, lembro-me da música L’amitié, de Françoise Hardy, que diz:

Como não sabemos o que a vida nos dá
Talvez eu não seja mais ninguém
Se me resta um amigo que realmente me compreenda

Me esquecerei das lágrimas e penas

Por fim, nessa minha nova etapa, que, quem viveu, viu, “Não quero ser herói de nada, somente a companhia de outros braços”.

Muito obrigado, de coração e com muita paixão.

Cons. Inaldo Araújo